



Anais da Assembleia

Nº 69

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 16 DE JUNHO DE 1978.

ANO IV

COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO RETIFICAÇÃO DO EDITAL N.º 03

Onde se lê — 5 vagas para a Série de Classes de Auxiliar Legislativo, nível PL 15, com salário mensal de Cr\$ 2.278,00 — leia-se 5 vagas para a Série de Classes de Auxiliar Legislativo, nível PL 16, com salário mensal de Cr\$ 2.537,00.

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 66ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 1978

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Ernesto Gnoato e Nelson Buffara.

Às 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTO:

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer, sejam encaminhados aos Excelentíssimos Senhores, DOUTOR ALYSSON PAULLINELLI, digníssimo Ministro da Agricultura, e ao DOUTOR VIANA, digníssimo Presidente da Comissão de Financiamento da Produção — CFP, solicitando a urgente liberação das cotas de milho para os suinocultores e avicultores do Paraná.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam encaminhados apelos às autoridades acima mencionadas, no sentido de que sejam liberadas as cotas de milho destinadas aos suinocultores, e aos avicultores do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1978.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Levando em consideração a difícil situação que atravessa a agricultura paranaense nos seus mais variados setores, a suino-

cultura e a avicultura passa realmente por momentos difíceis, necessitando de medidas protetoras urgentes, e, uma delas sem dúvida, é a liberação imediata das cotas de milho para este setor da agropecuária do Estado do Paraná. Talvez o que mais justifica este pedido, é que centenas de suinocultores e avicultores estão se vendo obrigados a se dispor de seus rebanhos atuais, principalmente de matrizes, o que sem dúvida trará graves prejuízos à suinocultura e à avicultura do Estado do Paraná. Solicitamos que o presente apelo, seja encaminhado através de telex, tendo em vista que os apelos neste sentido já vem de há muito tempo.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 90/78

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarado de utilidade pública o “Lar Bom Pastor”, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

O “Lar Bom Pastor”, modelar instituição dedicada à educação das crianças abandonadas ou carentes, vem desenvolvendo o notável trabalho, graças ao apoio da comunidade.

O eminente fundador e líder da obra, Rev. Estevan Christmann, por sua vez, não tem medido esforços para o seu crescimento. Recentemente, teve sua dedicação reconhecida com a doação de uma área do patrimônio municipal onde será edificada a nova sede, com mais de uma centena de vagas.

Justo, portanto, que ressalte este Poder Legislativo, os méritos da entidade apontada, para o que propomos o presente plano de lei, na expectativa de seu acolhimento e aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não se pode hoje desconhecer que a suinocultura brasileira realmente atravessa uma das fases mais difíceis. Estamos aí assistindo pelos noticiários da televisão ou mesmo pelos jornais, o que está acontecendo principalmente no Estado do Rio de Janeiro onde, aproximadamente, dois milhões de suínos serão abatidos numa forma de conter a peste suína que chegou àquele Estado do Rio de Janeiro.

Por outro lado, se vê também o Estado de Minas Gerais, hoje com pouco mais de 4 milhões de suínos, com seu rebanho ameaçado exatamente por estar na divisa com o Estado do Rio de Janeiro e os produtores bastante alarmados com os prejuízos que poderão vir, mediante a peste suína que se abate hoje no Rio de Janeiro.

E todos nós sabemos hoje o que representa, principalmente o Estado do Paraná, para a suinocultura brasileira. Hoje o Paraná, com aproximadamente sete milhões de suínos, felizmente aqui não temos o problema da peste africana. Mas ainda hoje, recebi diversos telefonemas da região oeste e sudoeste do Estado do Paraná, onde os suinocultores estão realmente desesperados, porque não encontram milho para comprar, para dar aos suínos.

Ainda agora há pouco, recebi um telefone de Santo Antônio.

nio do Sudoeste, onde a CFP, a Comissão de Financiamento da Produção do Ministério da Agricultura, que é encarregada de comercializar o milho aos suinocultores, anunciada desde o fim de março, até hoje, não fez ainda esta comercialização. E o incrível de tudo isto, é que o milho hoje, em algumas regiões do oeste do Paraná e do sudoeste, está sendo levado para o Estado de Santa Catarina e o Estado do Rio Grande do Sul.

Ainda ontem, na cidade de Barracão, bem vizinha a Santo Antônio do Sudoeste, caminhões procedentes de Estrela, do Rio Grande do Sul, carregados de milho, o levavam do Estado do Paraná para o Rio Grande do Sul, enquanto os suinocultores do nosso Estado continuam numa amargura terrível de não poderem encontrar milho para poderem tratar dos suínos de nosso Estado.

Todos nós sabemos que exatamente numa época destas, quando o produtor se vê obrigado a vender o seu produto, é que o produto realmente cai de preço. O milho está sendo comercializado por comerciantes na região de suinocultura hoje, até a Cr\$ 150,00 o saco. A CFP está querendo colocar este produto aos suinocultores, ao preço de Cr\$ 120,00 a saca.

Acontece que para o Paraná, para os suinocultores, principalmente do Sudoeste do Paraná, o milho está sendo oferecido a Cr\$ 120,00 o saco. Mas, oferecido apenas, porque se colocasse no mercado, os suinocultores se veriam obrigados a comprar este milho para tratarem de seus porcos. Mas o milho que está sendo oferecido aos suinocultores do Paraná a Cr\$ 120,00 a saca, está sendo vendido aqui, no mesmo Estado do Paraná, para ser encaminhado ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina, a Cr\$ 108,00 a saca, numa discriminação muito grande. O próprio Ministério da Agricultura, que há mais ou menos um mês atrás, esteve reunido a portas fechada aqui no Palácio Iguaçu, junto do Sr. Governador do Estado, e com toda a classe produtora da agricultura do Paraná, entre eles os suinocultores, ouviu, de todos, a necessidade imediata, naquela época, da comercialização do milho.

Lamentavelmente, nós tivemos oportunidade de ir várias vezes à CFP, pedir em nome dos suinocultores do Paraná, que liberassem definitivamente a comercialização do milho aos suinocultores do Paraná.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos que fique registrado hoje, aqui, o apelo ao Ministro da Agricultura. Eu não sei o que é pior agora, se a peste suína que está abatendo no Rio de Janeiro, ou se é a peste desta política de comercialização do milho do Estado do Paraná, onde os nossos lavradores não têm a mínima condição de poderem impor o seu valor. Será possível?! Quanto que nós vamos ter que aguentar tudo isto aí?!

Precisamos que venha imediatamente, numa hora como esta em que a suinocultura atravessa realmente uma hora tão difícil, com a chamada Peste Africana, um amparo, de outros redutos do Brasil onde ainda a peste não alcançou. É preciso realmente que o Ministério da Agricultura dê um grande apoio, a fim de que não sejamos procurados como está acontecendo, durante o almoço, durante a noite, por suinocultores desesperados que não têm mais o que dar aos seus suínos.

Por outro lado, a abóbora, a cana, que seria uma alimentação secundária desses suínos, já não existem porque a geadinha queimou. O farelo de soja que até há pouco tempo era vendido a Cr\$ 150,00 o saco, hoje, a quase Cr\$ 300,00 o saco, assim sendo, onde vão parar essas 6, 7 milhões de cabeças de suínos que temos no Paraná, quando o Ministério da Agricultura retira o milho exatamente da região do suinocultor, para levar a outros Estados?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica aqui o nosso protesto contra a morosidade do Ministério da Agricultura, e da Comissão de Financiamento do Produtor, do próprio Ministério, que não quer atender as reivindicações do suinocultor do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de entrar no mérito do assunto que nos traz à tribuna, quero me congratular com o Deputado Lázaro Dumont, com referência ao problema que abrange a maior preocupação de produtores de suínos deste Estado, com relação à peste africana.

Receba, Deputado Lázaro Dumont, a nossa solidariedade e o nosso apoio ao pensamento expandido por V. Ex.^a, desta tribuna.

Sr. Presidente, já houve aqui no Paraná, aproximadamente há dois anos atrás, uma sugestão de uma cronista, a um dos líderes do campeonato mundial de futebol, aqui do Paraná, nascido aqui na Terra dos Pinheirais, Dirceu, sugerindo que ele fosse cognominado, na crônica esportiva, de "O Garoto dos Pinheirais", a exemplo de "O Garoto do Parque", referente a Rivelino.

É que este moço, Sr. Presidente, tem promovido as qualidades esportivas do paranaense e tem levado, na Embaixada mundial através das suas qualidades técnicas e profissionais, o nome do Brasil no respeito ao esporte internacional, no futebol. E não seria injustiça, ou não seria menos justiça, levar a sugestão aos cronistas esportivos e aos programas televisionados, das transmissões das partidas futebolísticas que se desenrolam na Argentina, levar a sugestão que agora faremos, através do seguinte requerimento: (Lê)

"Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requerem, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados telex à Direção de Exportes da Rede Globo de Televisão, Emissoras Associadas de Televisão, nas suas sedes e na Argentina; Televisão Iguaçu, Canal 4; Televisão Paraná, Canal 6 e Televisão Paranaense, Canal 12, bem como à Associação de Cronistas Esportivos do Paraná e aos Senhores Armando Nogueira, Edson Arantes do Nascimento e João Saldanha, nos seguintes termos:

"SUGERIMOS VOSSA SENHORIA IDENTIFICAÇÃO DO JOGADOR PARANAENSE DIRCEU GUIMARÃES, PELO COGNOME "GAROTO DOS PINHEIRAIS". ESSE CARINHOSO APELIDO QUE LHE FOI DADO PELO NOSSO INESQUECÍVEL NARRADOR DE ESPORTES GERALDO JOSÉ DE ALMEIDA, GANHANDO AQUIESCÊNCIA E A SIMPATIA DE DIRCEU QUE MANTÉM NA CAPITAL DO PARANÁ UMA LOJA DE ARTIGOS ESPORTIVOS DENOMINADA "GAROTO DOS PINHEIRAIS". PROCEDENDO DESTA MANEIRA ESTAREMOS PRESTANDO SINGELA HOMENAGEM AO ESFORÇADO FUTEOLISTA QUE SE DESTACA PELAS SUAS EXUBERANTES ATUAÇÕES COMO UM DOS MELHORES DESTA COPA DO MUNDO, NA SEMANA DE SEU ANIVERSÁRIO E DO PROVÁVEL NASCIMENTO DE MAIS UMA CRIANÇA EM SUA FAMÍLIA."

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1978.

(aa) FIDELCINO TOLENTINO

LUIZ GABRIEL SAMPAIO"

Esta é a sugestão de ordem verbal que daqui fazemos, para que o Paraná seja promovido, não só levado a efeito no conhecimento nacional e internacional, como o Estado que foi abalado primeiro por uma geadinha, depois por uma seca que trouxe enormes conseqüências na ordem econômica do Estado. É preciso que se dilua um pouco este pensamento, de que o Paraná vive intensa calamidade. Para isso, Senhor Presidente, é que sugerimos também levar o nome deste desportista famoso e reconhecidamente respeitável no seu campo de ação, que é o futebol.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência consulta a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado?

O SR. ENÉAS FARIA — Usará o horário, Sr. Presidente, o Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como o Deputado Fidelcino Tolentino, também quero me congratular com o Deputado Lázaro Dumont, pela manifestação sobre o problema da comercialização do milho, e dizer que neste Paraná se comete um dos maiores absurdos. Acabo de chegar, hoje pela manhã, de Francisco Beltrão e soube com estranheza, que o estoque de milho existente naquela cidade foi liberado para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, enquanto que Francisco Beltrão, está sendo transportado milho de Goioerê. É a economia de combustível que se faz neste País.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na data de ontem, assisti pela Globo, no Jornal Pánel, a entrevista do General Batista Figueiredo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Gostaria de ficar apenas no elogio ao “príncipe herdeiro” do Brasil, mas infelizmente não posso. Elogio pela maneira franca e sincera como tem respondido às perguntas dos jornalistas. Finalmente, temos um Presidente que não tem medo da imprensa e não precisa se esconder em outro País, como o fez o atual para responder à imprensa brasileira, escondido sob o manto de uma bandeira estrangeira.

O Sr. Batista Figueiredo, com as suas felicidades e infelicidades, afinal de contas, tem enfrentado os jornalistas brasileiros e até pela televisão como o fez ontem.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, isto é altamente importante, porque ficamos sabendo das virtudes e dos defeitos daquele que pretende ser o nosso Presidente. Ficamos sabendo principalmente que ele gosta de brincar e até carinhosamente, como chamar gaúchos de “gigolôs de vacas”, mas ficamos sabendo coisas mais sérias e as coisas mais sérias, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que nos faz vir a esta tribuna e lamentar profundamente o homem que pretende ser o nosso Presidente.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, citando Churchill, o General Figueiredo disse sobre a redemocratização do País, que ela foi iniciada pelo Presidente Geisel e que no momento nós estamos apenas no “fim do princípio” e que ele continuará o processo. Podemos até não concordar, que, o processo de redemocratização seja lento, gradual, uma vez que tal qual a virtude, a verdade ou a virgindade, democracia é ou não é.

Não existe virgindade parcial, como não existe verdade parcial, como não existe, também, a virtude parcial.

Mas, enfim, na democracia relativa, há que se admitir até, que a redemocratização, seja parcial. Mas, vamos ver o que disse o Sr. Figueiredo, ontem — que a redemocratização, deste País, iniciou com o Gal. Geisel. Muito bem: se iniciou com o Gal. Geisel, admite o Sr. Gal., candidato a Presidente da República, que antes do atual Governo, vivíamos num regime não democrático. É uma sinceridade que merece os seus elogios. Mas, convenhamos, Srs. Deputados, o Gal. Figueiredo em sua biografia tem acentuado e, ontem, mais uma vez o fez, que é filho de um democrata; parecendo que a sua carga genética principal, é a democracia. Novamente, contestamos porque filho do pai do Gal. Figueiredo, é Guilherme Figueiredo, de um lado e, Euclides Figueiredo Filho, de outro, exatamente, situações opostas, a menos que um não seja filho do pai do Gal. Figueiredo mas, pelo que consta dos registros, ambos são filhos do mesmo pai. Então, eu contesto que carga genética seja razão

de ser para que a pessoa seja mais, ou menos, democrata. Tanto é verdade, que o Gal. Figueiredo, candidato a Presidente da República, admitiu que serviu durante 4 anos, anteriormente a Geisel, sob o regime ditatorial. Vejam os Srs., como genética não influi no espírito democrático de quem quer que seja, pois ao servir a um regime antidemocrático, o Sr. Gal. Figueiredo, também o foi e, não somente isso, Srs. Deputados — serviu sob um Governo que tenha como partido de sustentação o partido que era presidido pelo fascista Filinto Müller, fascista Filinto Müller, que pôs o pai do Gal. Figueiredo no exílio. Não pode o Sr. Gal. Figueiredo mais alegar a genética para se justificar.

Sr. Presidente. No Brasil, hoje, não existe mais ARENA ou MDB; existe a vontade de que este País seja livre. Nós, do MDB que já fomos acusados de inimigos, pelo atual Presidente, ontem, fomos mimoseados pelo “príncipe herdeiro”, de demagogos. Ao lhe ser perguntado como governaria na eventualidade de uma maioria de oposição, ele disse, de viva voz, pela televisão, que o povo brasileiro não se iludirá com as promessas demagógicas. Bom, em primeiro lugar, demagogo foi o Sr. Figueiredo usando, como bem lhe interessava, a estatística. Disse que hoje ocupamos o primeiro lugar na produção de café. O que não é novidade, porque já há muito tempo tivemos a primeira produção mundial de café. Mas, esqueceu, premeditadamente, o Gal. Figueiredo, que demagogo foi, que o orgulho de sermos os primeiros exportadores de café, do mundo, não cobre a vergonha de sermos importadores de feijão e de cebola e, sem a justificativa de uma frustração de safra.

Demagogo foi o Sr. Figueiredo, quando falou que nós somos o 2.º exportador mundial de cacau. Foi demagogo, Srs. Deputados, porque esqueceu que bastou uma seca para que este pobre País, que se diz agrícola e que ele mesmo diz ser dos principais produtores mundiais de alimentos, bastou uma mera seca, no Sul do País, para que tivéssemos de importar milho, para que tivéssemos que importar soja, para que estivéssemos à beira de um colapso econômico. Demagogo foi ele, que lembrou das perfumarias como eram intitulados, pelos economistas, os produtos de exportação do Brasil, na década de 50. E esqueceu demagogicamente de citar como anda nossa balança comercial. País que importa cebola, Srs. Deputados, não pode se orgulhar de exportar cacau ou café.

Mas tem mais, Srs. Deputados, demagogicamente e ele que nos chamou de demagogos, demagogicamente o Sr. Figueiredo citou a indústria automobilística brasileira, mas demagogicamente esqueceu de citar como está a estrada do Aço, como vai o nosso sistema ferroviário, ou como é que vai o nosso gasto em petróleo.

Demagogicamente e nós somos os demagogos, o Sr. Figueiredo falou da população universitária brasileira, mas demagogicamente esqueceu dos fracassos do MOBIL, demagogicamente esqueceu do precário ensino básico que nós temos e, mais demagogicamente esqueceu o custo, a mercantilização do ensino superior para vergonha de todo o brasileiro. E esqueceu principalmente, Srs. Deputados, da qualidade do ensino universitário deste País. Estatísticas são usadas como bem entende quem a faz.

Fomos chamados de demagogos e o Sr. Figueiredo usou para num ufanismo já ultrapassado a população brasileira. Mas ele não citou como é que é dividida a renda nacional. Ele esqueceu dos “bóias-frias”, ele esqueceu dos favelados, ele esqueceu do homem do interior que vive em precárias condições, e nós somos os demagogos.

Srs. Deputados, o Sr. Figueiredo no encerramento de sua entrevista foi perguntado como ele veria a votação a um candidato a Presidente que não de seu partido. Admitiu a existência de um candidato adversário, mas não admitiu que os seus partidários o traissem e as palavras são dele. Que não admitiria de maneira alguma a infidelidade. A sinceridade com que o Sr. Fi-

gueiredo mostra a farsa que se monta nesta Pátria; a farsa de um Colégio Eleitoral que se reúne para referendar. Então para que a farsa de montar... um Colégio Eleitoral, se o Sr. Figueiredo já é candidato do Partido Majoritário. Para que reunir de todos os Estados desta Pátria, gastar dinheiro, numa verdadeira farsa. Se o Sr. Figueiredo não admite infidelidade, ou traição no seu palavreado, para que sair uma representação desta Assembleia, para que custosamente se reunirem aos convencionais do MDB e da ARENA durante aquilo que o Sr. Figueiredo chama de farsa.

Por isso, Srs. Deputados, lamentamos ter de vir a esta tribuna, porque o momento é muito sério neste País. E pela seriedade, deveríamos ter pessoas mais sérias indicadas como candidato à Presidência da República.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Deni Schwartz, primeiro, quero me congratular com V. Ex.^a pela oportunidade do assunto que leva V. Ex.^a à tribuna e pela propriedade com que V. Ex.^a aborda esse assunto. Nós estamos vivendo realmente, uma época, como é que poderíamos dizer, caligolista, este País, que está claudicando há anos, cuja economia está sacrificando as famílias brasileiras. Este modelo econômico, centralizador, este modelo econômico, que cria fissuras da ordem social, que angustia os chefes de família, que subtrai daquelas famílias mais humildes, e que viviam unidas, perdeu a autoridade paterna o pai, porque perdeu a autonomia financeira. E aí, Sr. Deputado, me recorde que em 1964, e não vai aqui se não, a lembrança desses 14 anos de sofrimento, o Brasil devia aproximadamente, três bilhões e 200 milhões de dólares. Atualmente, sem contar com as dívidas contraídas para os acordos nucleares, o País em final de 77, já estava a dever aproximadamente, 30 bilhões de dólares.

Eu já falei aqui, desta tribuna, Deputado, que só de Minas Gerais, as 1.500 toneladas de pedras preciosas que são negociadas no exterior, dariam para pagar esta dívida externa, e sobria dinheiro para fazer muitas inversões públicas neste País.

E assim mesmo, estão a dizer que o País está indo para frente, que é reconhecido o desenvolvimento nacional, mas, se esquece, que antigamente não existia fundo de garantia, não existia a loteria esportiva, não existia BNH, não existia nada disso e o povo brasileiro vivia muito melhor.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência lamenta, Deputado Fidelcino Tolentino, mas, o prazo já esgotou, passaram-se dois minutos. A Presidência conclama, que V. Ex.^a conclua seu aparte.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Concluirei, Sr. Presidente.

Perdoe-me, porque, quando neste País existem leis que limitam a aquisição de propriedades por estrangeiros, na Amazônia, depois de ter saído uma grande reportagem sobre uma fazenda de um americano, a mesma reportagem, teve que mudar o pensamento logo depois que o Presidente da República esteve passando pela fazenda. Então, são contradições que não dá entender, Deputado. Eu teria no aparte, muitas referências a fazer mas, peço perdão a V. Ex.^a de ter que, até tomar os seus últimos momentos. Agradeço, e fica aqui, na interpretação de quem faz o juízo que poderiam, a respeito desse comportamento, desses homens que estão querendo tomar conta do País.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, agradecendo o aparte, do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, faço uma profissão de fé, neste momento, que eu ficarei, o MDB ficará, e acredito também, os companheiros da ARENA, que ficarão com a pecia de demagogos, porque ficarão ao lado dos demagogos, Paulo Evaristo Arns, que aprendeu a fazer demagogia, sentindo o sofrimento nas favelas de São Paulo; ficarei

com os demagogos, com os advogados deste País, que levantaram a sua voz, com os empresários que impossibilitados de continuarem como tal, tendo de vender suas indústrias, para as multinacionais e que estão sentindo a sua descapitalização; ficarei com os demagogos, trabalhadores, dos sindicatos metalúrgicos, porque ficarei e ficaremos todos nós, ARENA MDB, advogados, Igreja, empresários e principalmente, os trabalhadores e estudantes, ficaremos sendo taxados de demagogos, porque para ficar do outro lado, é ficar com quem não entende o povo.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Consulto à Liderança da ARENA, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso. O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O discurso proferido, há poucos momentos pelo eminente Deputado Deni Schwartz, combativo parlamentar, que tem merecido todo o respeito em sua atuação nesta Casa de Leis, apresentou alguns aspectos com relação ao tratamento do General João Batista Figueiredo, aos componentes da oposição.

Por outro lado muito bem destacou o fato de que o General Figueiredo é um homem de diálogo aberto. E esta é uma virtude, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Porque aquele que dialoga, pode cometer erros, sim, pode ser infeliz em certas expressões, mas dá o passo mais seguro, no caminho mais acertado para se burilar as idéias e com vistas às decisões aperfeiçoadas.

O General João Batista Figueiredo deu duas entrevistas ontem: uma a jornalistas credenciados por vários jornais. E nesta entrevista que deu, que está publicada hoje na "Folha de São Paulo", encontramos muitas definições relevantes no contexto democrático, demonstrando o espírito, patriótico e voltado para o progresso do candidato da ARENA à Presidência da República.

Não assisti a transmissão da entrevista concedida à Rede Globo de Televisão. Mas tenho em minhas mãos, o exemplar da "Folha de São Paulo", que transcreve a síntese aprovada por S. Ex.^a o General João Batista Figueiredo, em que se verificam muitos pontos positivos que devem merecer a consideração de todos aqueles que estão preocupados com o futuro do Brasil.

Passarei à leitura, Sr. Presidente, para que fique nos Anais desta Casa. (Lê):

"Lembrando ser um homem do povo, o candidato disse contar com o apoio de todos os brasileiros para "levar a bom termo o aperfeiçoamento democrático iniciado pelo eminente Presidente Geisel".

Classificando o Brasil como "uma Nação que pode, através do esforço dos brasileiros, sair, como já está saindo, do subdesenvolvimento", o candidato à Presidência da República analisou os anseios do povo nos campos da política, dos planos interno e social, afirmando ser a qualidade devida, a sua grande aspiração e que pode ser alcançada pelo "caminho do salário justo, da moradia digna, da alimentação sadia e a preços acessíveis, da saúde e educação, das facilidades de acesso ao trabalho, de uma justa distribuição da renda nacional".

No campo econômico, o regime que o candidato acha ser o desejado pelos brasileiros é o da livre empresa, "baseado em concorrência leal em que cada empresa, além de defender os seus interesses, tenha paralela e prioritariamente, os interesses da Nação, ficando o Governo apenas como árbitro das regras do jogo", "só intervindo naqueles casos previstos pela Constituição", como abuso do poder econômico, ou quando a presença do Estado é "insubstituível num setor".

Quando perguntado sobre uma imprensa livre, disse que na tradição do direito brasileiro, a regra tem sido o respeito às liberdades cívicas, entre as quais situou a liberdade de imprensa,

definindo a censura como uma exceção, já que "a regra é a liberdade". Como Presidente, depois de 15 de março de 1979, prometeu observar e manter os dispositivos constitucionais referentes todas as liberdades, inclusive a de imprensa.

"Sobre as informações que fizeram quando o Senador Magalhães Pinto renunciou à disputa na convenção da Arena — quando disse que lamentava "correr sozinho" —, o candidato disse que o problema agora é outro, não mais o de concorrer a uma indicação dentro do Partido. Para ele, uma vitória do partido minoritário no colégio eleitoral só é viável se baseada na infidelidade partidária, o que ele define como uma traição à delegação recebida.

"O candidato João Batista Figueiredo, quando respondia sobre as metas a que se propõe cumprir, lembrou do passado de sua família, que conheceu "as dificuldades da pobreza e os sofrimentos do exílio". Nesse momento da entrevista, analisou sua formação, dizendo que em sua casa sempre se respirou "o oxigênio do patriotismo" e que a família sempre se alimentou da preocupação com o bem comum. Essas lembranças, segundo ele, o levam a acreditar que tem a devida sensibilidade para entender os anseios do povo brasileiro, "por serem os meus próprios". Por isso, se sente com a determinação necessária para corresponder a esses anseios.

"Ainda segundo ele, as aspirações dos brasileiros são simples, mas de importância decisiva, como a preservação da independência do País, ou a do respeito de todos pela nossa soberania nacional.

Dentro do mesmo raciocínio, o candidato disse pensar que a maioria do povo brasileiro quer um ambiente de paz e de ordem, fundado na democracia e na justiça social. Quanto às aspirações econômicas, sente que o brasileiro deseja e espera de seu governo que — superadas as atuais dificuldades — "possamos obter a estabilização do custo de vida e a continuidade do desenvolvimento econômico".

"Terminando de responder a essa pergunta relacionada aos anseios populares, disse estar certo de que "a atual proposta de reformas políticas bem se compara de meu pai. E digo isso porque me recorro muito bem do que ele pensava da situação brasileira de 1963.

"Ao se referir às reformas, citou Winston Churchill, que depois da vitória da RAF, disse que essa vitória era o "fim do princípio". O candidato disse, então, que, com as reformas, o Presidente Geisel encerrará o seu governo. "E honra lhe seja feita, o Presidente cumpre o que ele próprio prometeu, e que procuraram fazer, antes dele, os eminentes Presidentes Castelo Branco, Costa e Silva e Emílio Médici".

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós verificamos que as deduções apresentadas pelo eminente Deputado Deni Schwartz, em alguns aspectos não coincidem com a síntese oficial que foi publicada no jornal apontado.

O General João Batista Figueiredo destacou o trabalho dos anteriores Presidentes Revolucionários, que procuraram encontrar as soluções melhores para o Brasil.

Os anseios dos brasileiros foram e estão sendo levados em consideração e o futuro Presidente, verificando que o povo está desejoso de que as reformas sejam executadas, trouxe uma palavra de garantia de que as mesmas, efetivamente em seu Governo, serão adotadas.

Destacou, também, que o Presidente Geisel pretende entregar a chefia do Governo com as reformas já traçadas, para que ele possa bem governar, atendendo assim as aspirações nacionais.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento) — Muito obrigado Deputado Losso pela sua atenção. Apenas para dar pequeno apoio ao seu pronunciamento, muito válido, ponderado. Queríamos estar solidários com Vossa Excelência, no seu pronunciamento, referente ao que disse o futuro Presidente da República, João Batista Figueiredo.

Nós precisamos de paz, porque desde o tempo de Jesus Cristo dizia-se, no contexto das escrituras; "Glória a Deus nas alturas e paz na Terra aos homens de boa vontade".

Boa vontade tem o General Figueiredo, boa vontade tiveram todos os Presidentes que conseguiram tirar o Brasil do caos, que conseguiram dar uma nova dimensão ao nosso País. Boa vontade têm os homens que quando a cebola está a trinta e dois cruzeiros o quilo, trazem cebola do Interior com dinheiro do Governo, para distribuir ao pobre a nove cruzeiros o quilo.

Se isto é crime, então estamos cometendo crime. Se vender cebola, se trazer cereal para que o operário tenha alimentos mais baratos, ... porque, sobre o problema de seca, não cabe a Governo nenhum. Cabe à justiça divina, que talvez, na nossa insensatez, esquecemos do Ente Superior que rege os nossos destinos.

Está de parabéns, Vossa Excelência neste momento em que faz a defesa, em que faz a apologia do grande e humilde futuro Presidente da República, João Batista Figueiredo. Se humildade deve ser atacada, se a verdade que está sendo enfrentada pelos homens da Revolução, deve ser contestada, não será contestada pelos brasileiros que não querem voltar ao sistema de antes de 1964. Que não querem voltar a ser dirigidos pelos demagogos que levavam à Central do País os inocentes operários para uma situação esdrúxula, que não conseguem, não convivem, no seio do povo Cristão, que é um povo que está sofrendo para redenção de sua Pátria.

Assim sofreu os Estados Unidos. Vejamos as nossas dívidas externas, mas também façamos um balanço do que temos no Brasil, em fábricas, em estruturas e em infra-estruturas. Porque falar, sem se aprofundar, é muito fácil, é a tese dos demagogos. Falar, sem ver o que está acontecendo no Brasil no sistema de indústria aviatória, de automóveis, de navios e etc., é fácil. Para que se veja que não para nós, mas para os nossos filhos e nossos netos, esta Nação brasileira há de prosseguir em passos largos para sua redenção econômica.

Há, Sr. Deputado, de ser um espelho de toda a América Latina, como está sendo. Uma seca não nos intimida. Uma seca não intimidou o Governador Jayme Canet Júnior, porque aí está o verde a florir no Paraná. Aí estão, Sr. Deputado, os cereais a florirem, se Deus quiser, o trigo, a soja, o milho e todos os cereais que necessitamos, inclusive o café, para dar sustentação para nossa balança econômica.

O que não podemos tolerar, são os derrotistas, são os homens que não querem a não ser a derrota de nossa Pátria. Mas se eles não confiam, nós confiamos no grande futuro desta grande Nação que tem como bandeira o auriverde pendão da esperança.

E que fiquem eles com o derrotismo, que nós ficamos com o Governo da Revolução, que deu paz, deu tranquilidade para as famílias de 1964 para cá. Muito obrigado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado Gabriel Manoel, que lembrou muito bem alguns pontos que bem justificam a atuação de setores do Governo Revolucionário...

O Sr. José Domingos Scarpelini — V. Ex. me permite um aparte?

O SR. EZEQUIAS LOSSO — ... na busca do bem-estar comum e na busca do desenvolvimento.

Destacaria, dentre o elenco de leis que foram adotadas a partir de 1964, aquela que permite ao trabalhador a participação dentro de um esquema gradual dos lucros da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — A Presidência lamenta, mas o prazo concedido a Vossa Excelência, Deputado Ezequias Losso, está esgotado. Concede-lhe um minuto, para as conclusões.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Apenas então para encerrar meu pensamento, Sr. Presidente.

A Constituição de 1967 estabeleceu a promoção social e humana do trabalhador, como uma consagração do trabalho, dedicado, daqueles que se esforçam para o progresso da Pátria. E aí está o programa da Integração Social, como o primeiro passo para aquela conquista, exemplar para o mundo, dentre outros benefícios que a Revolução de 1964 trouxe de benéfico ao País.

Lamento não dispor de tempo suficiente para conceder aparte ao Deputado José Domingos Scarpelini. Talvez, em outra oportunidade possamos ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar que se encontra assistindo os trabalhos da Assembléia Legislativa, nas galerias de honra, o Vereador José Martins de Oliveira, do Município de Engenheiro Beltrão. O Sr. Vereador se faz acompanhar do Sr. Deputado Macedo. Aos nossos ilustres visitantes, desejamos uma boa estada.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Muggiati Filho, na qualidade de Presidente da Comissão Especial que trata da Estrutura e Quadro Especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências, com Parecer às Emendas de Plenário, devidamente apreciado pela referida Comissão.

(Lê o requerimento e parecer)

COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIAR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 177/77. PARECER DO VOTO VENCEDOR ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO N.ºs 04, 05, 06 e 10.

De acordo com o § 5.º do Art. 60 do Regimento Interno, emitimos o nosso parecer favorável às Emendas de Plenário, de n.ºs 04, 05, 06 e 10, ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77, que trata sobre a estrutura e quadro especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado.

A Emenda n.º 04, aditiva à Emenda n.º 03 da Comissão Especial, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, tem por finalidade acrescentar parágrafo único, concedendo aos Advogados aposentados, nos níveis 26 e 27, ou correspondentes aos atuais 26 e 27, reajustamento, de ofício, dos seus proventos de inatividade, na base dos vencimentos do cargo de Advogado de 2.ª Classe.

As Emendas de n.ºs 05, 06 e 10 de autoria do nobre Deputado Accioly Neto, tratam sobre a extinção do concurso interno proposto no projeto.

De acordo com as justificativas apresentadas, são das mais meritórias a sua inclusão ao bojo do projeto, o que sem dúvida alguma servirá para beneficiar e dar melhores condições a inúmeros funcionários quer inativos, quer na atividade, e que muito têm contribuído em prol do Estado, com seu dedicado trabalho.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO, acima citadas de n.ºs 04, 05, 06 e 10.

Sala das Comissões, em 8 de junho de 1.978.

(aa) Muggiati Filho, Presidente; Maurício Fruet, Relator.

—Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 25/78, que dá

nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Poder Legislativo e dá outras providências.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 25/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — O Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, estruturado em cargos de provimento em Comissão e de provimento efetivo, é o constante dos Anexos I, II, III e IV, respectivamente, criados e regidos por esta Lei.

Art. 2.º — Os cargos de provimento em Comissão destinam-se aos Gabinetes de representação e ao exercício de encargos de direção, chefia, assessoramento e outros que a Lei determinar.

Parágrafo único. Excetuados os cargos de Chefe de Gabinete, Oficial e Assessor de Gabinete, Assessor Militar, Assessor Parlamentar dos membros da Mesa e dos Deputados e Chefe de Divisão da Biblioteca, Chefe de Divisão de Segurança, de livre provimento, os demais cargos em Comissão são privativos de Servidores do Poder Legislativo.

Art. 3.º — A Consultoria Jurídica e o Cerimonial, relacionados na estrutura do Gabinete da Presidência, têm a incumbência de atender, dentro de suas respectivas especialidades e competências, ao Presidente e demais Membros da Comissão Executiva.

Art. 4.º — Os cargos de provimento efetivo integram Séries de Classes ou Classes Únicas, constantes do Anexo II, compreendendo:

- a)- Pessoal de Nível Universitário;
- b)- Pessoal Técnico;
- c)- Pessoal Auxiliar.

Parágrafo único. — O acesso de uma para outra Série de Classe, dar-se-á em estrita obediência às linhas de correlação estabelecidas nos Anexos II, III e IV e de acordo com o disposto pela Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 5.º — A estrutura organizacional dos serviços administrativos do Poder Legislativo, que será regulamentada em Resolução, compreende:

- I- Gabinetes de Representação;
- II- Gabinete da Diretoria Geral;
- III- Departamentos, compreendendo os de Finanças — de Administração — de Divulgação e Relações Públicas — de Recursos Humanos e Legislativo;
- IV- Gabinete da Consultoria Legislativa, com funções de assessoramento superior;
- V- Gabinete de Serviços Assistenciais, compreendendo Assistência Judiciária, Social, Médica e Odontológica;
- VI- Coordenadoria de Transportes, de Imprensa Legislativa e da Execução de Auxílios Sociais;
- VII- Coordenadoria do Centro de Processamento de Dados;
- VIII- Coordenadoria de Segurança.

Parágrafo único. — O atual Gabinete de Assistência Técnica passa a denominar-se Gabinete da Consultoria Legislativa.

Art. 6.º — Os níveis de vencimentos dos cargos em Comissão iguais aos do Poder Executivo e os vencimentos básicos dos cargos efetivos são os fixados no Anexo VI desta Lei.

Art. 7.º — Os valores das funções gratificadas são iguais aos do Poder Executivo, mantidos os mesmos símbolos e demais gratificações atribuídas para os cargos que tiverem ou não a denominação alterada.

Art. 8.º — O enquadramento nos cargos efetivos proceder-se-á por Decreto Legislativo, respeitada a situação atual dos respectivos ocupantes em relação com a situação proposta,

conforme consta do Anexo II, III e IV.

Art. 9.º — Fica a Comissão Executiva autorizada a promover, mediante concurso de provas ou de provas e títulos, a readaptação dos funcionários que, à data da publicação da presente Lei, estiverem desviados das funções correspondentes às respectivas Séries de Classes.

§ 1.º — A readaptação de que trata este artigo será processada com base nas atribuições e responsabilidades que venham sendo cometidas ao servidor em caráter efetivo e continuado, respeitados sempre o interesse da Assembléia Legislativa e a habilitação profissional do readaptado, segundo o disposto no Art. 29, "in-fine" e seus parágrafos, da Lei n.º 6.119, de 29 de julho de 1.970.

Art. 10 — As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria, consignada, ao Poder Legislativo, no Orçamento Geral do Estado.

Art. 11 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 07/78, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 64/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Nova América da Colina, objetivando reparos no prédio do Posto de Saúde daquele município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 07/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de novembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Nova América da Colina, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Posto de Saúde, da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 08/78, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 67/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Presidente Castelo Branco, objetivando reparos nos prédios do Ginásio Estadual Castelo Branco e o Grupo Escolar Castro Alves, na sede daquele município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 08/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de novembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Presidente Castelo Branco, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Castelo Branco e o Grupo Escolar Castro Alves, da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 10/78,

Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 72/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Conselheiro Mairink, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Dona Macária, da sede daquele município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 10/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de novembro de 1.977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Conselheiro Mairink, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Dona Macária, da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 11/78, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 73/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Lupionópolis, objetivando reparos nos prédios onde funciona o Grupo Escolar Carlos Gomes e o Ginásio Estadual de Lupionópolis, da sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 12 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Lupionópolis, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Carlos Gomes e o Ginásio Estadual de Lupionópolis, da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1.978.

(a) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 13/78, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 81/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Apucarana, objetivando aplicação de recursos da Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 09 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Apucarana, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 14/78, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 82/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Arapongas, objetivando aplicação de recursos da Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 14/78.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 09 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Arapongas, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis e Gasosos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 15/78, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 83/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Rolândia objetivando aplicação de recursos da Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 15/78.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 09 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Rolândia, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 24/78, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 60/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Irati, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Tancredo Martins, localizado naquela comuna. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 24/78.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 25 de outubro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Irati, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Tancredo Martins, da sede do

referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 25/78, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 63/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Miraselva, objetivando execução de reparos nos prédios da Delegacia de Polícia, da Unidade Sanitária, do Grupo Escolar Júlia Wanderley e da Sub-Delegacia, todos localizados naquela comuna. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 25/78**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 18 de outubro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Miraselva, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam a Delegacia de Polícia, a Unidade Sanitária, o Grupo Escolar Júlia Wanderley e a Sub-Delegacia de Polícia, localizados em território daquele município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 26/78, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 71/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Pinhalão, objetivando execução de reparos nos prédios do Grupo Escolar Princesa Izabel, da Delegacia e Cadeia Pública e da Unidade Sanitária, daquele município. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 26/78.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de novembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Pinhalão, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Princesa Izabel, a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública e a Unidade Sanitária, da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 27/78, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 74/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Xambrê, objetivando execução de reparos em próprios estaduais localizados naquela comuna. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 27/78.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Muni-

cípio de Xambrê, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Alberto Jackson Byington Júnior, a Escola Normal Colegial Estadual de Xambrê, o Grupo Escolar Castro Alves, o Grupo Escolar Augusto dos Anjos e o Grupo Escolar Visconde de Nacar, localizados em território do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 44/78, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 142/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de RIO BRANCO DO SUL, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços objetivando o desenvolvimento do Município signatário. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 44/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de fevereiro de 1.978, entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Rio Branco do Sul, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços voltados ao desenvolvimento urbano daquele município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 49/78, Mensagem n.º 13/78, ex-Proposição n.º 98/78 — aprova Termo Complementar e Instrumento de Alteração Parcial ao Acordo n.º 04/75, aprovado através da Resolução n.º 166/75. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 49/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Complementar e o Instrumento de Alteração Parcial, datados de janeiro de 1978, ao Acordo n.º 04/75, de 18 de setembro de 1975, aprovado por esta Assembléia Legislativa através da Resolução n.º 166/75 celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e os Estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, objetivando o desenvolvimento de uma programação para o setor metal mecânico da região Sul.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 51/78, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 112/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de PATO BRANCO, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 51/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 18 de janeiro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Pato Branco, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 54/78, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 141/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CAMPO LARGO, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços com vistas ao desenvolvimento urbano. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 54/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de fevereiro de 1.978, entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Campo Largo, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços voltados ao desenvolvimento urbano daquele município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Senhor Presidente, pesaresamente tenho de fazer uma comunicação à Casa.

Chega-nos a notícia do falecimento, Sr. Presidente, de uma das mais eminentes figuras da comunidade de Cianorte, em nosso Estado, que alia a essa condição de respeito e de admiração de sua cidade, a condição de pai do eminente Deputado, Hélio Manfrinato.

Por isso, Sr. Presidente, encaminhei à Mesa, esse requerimento, solicitando, em sua homenagem, a suspensão dos trabalhos da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Esta Presidência, atende a questão de ordem do Sr. Deputado Enéas Faria. Dará prioridade ao requerimento de Vossa Excelência e do Deputado José Domingos Scarpelini.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Primo Manfrinato, fundador de Cianorte e ex-veeador daquele município. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, solicitando a suspensão dos trabalhos da presente sessão, tendo em vista o falecimento do Sr. Primo Manfrinato, genitor do Sr. Deputado Hélio Manfrinato. — **Aprovado.**

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 171/77, 27/78, 33/78 e 37/78.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 72, 86 e 162/77.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs

39, 62 e 75/78.

Levanta-se a sessão.

RESOLUÇÃO N.º 129/78.

DATA: 08 de Junho de 1.978.

SÚMULA: Estabelece critérios para provimento dos cargos de Consultor Legislativo, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 2.º, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — O provimento dos cargos de Consultor Le-

gislativo e Auxiliar Técnico de que trata o parágrafo 2.º, do artigo 1.º, da Lei n.º 6.965, de 20 de dezembro de 1.977, far-se-á pelos critérios de merecimento e de antigüidade, dentre os funcionários estáveis do Poder Legislativo, portadores de diploma de nível universitário.

Art. 2.º — O provimento nos cargos de Secretário de Comissão será feito de acordo com os critérios, requisitos e condições estabelecidos no artigo anterior, excluída a exigência de diploma de nível universitário.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 8 de junho de 1.978.

a) **IVO THOMAZONI**
PRESIDENTE